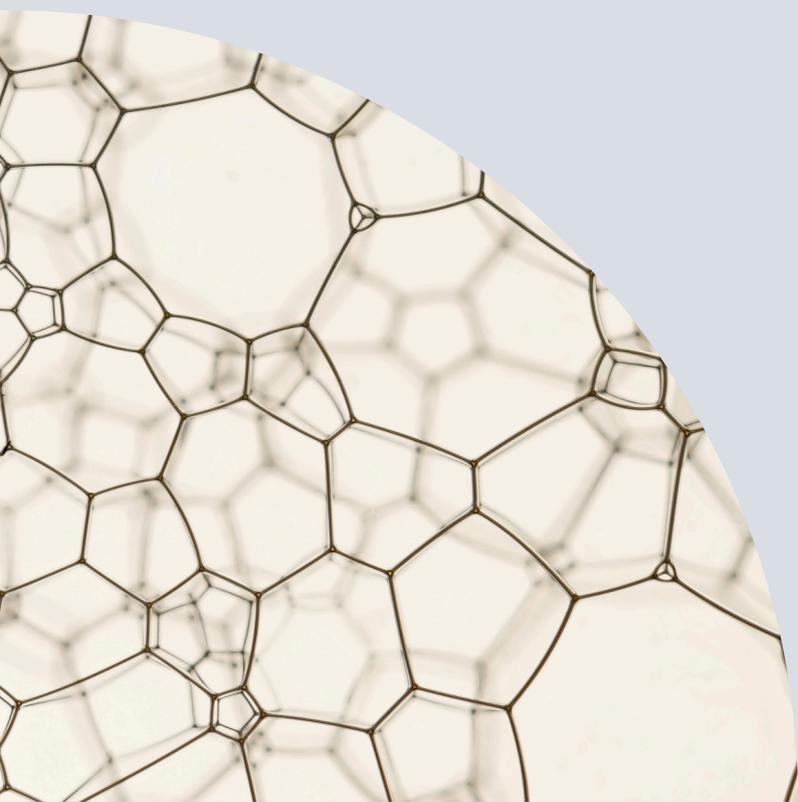


Projetos selecionados

Concurso *Science4Policy* 2025



Science4Policy (S4P-25)

Projetos selecionados na 3ª Edição do Concurso

Este documento apresenta de forma sintética as principais informações (título, área e linha temática, investigador responsável, instituição proponente e o resumo) sobre os 27 projetos selecionados no âmbito da 3.ª edição do concurso Science4Policy lançado pelo PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas, em colaboração com a FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia. Os resumos apresentados são da autoria dos proponentes e representam a lista dos resultados finais.

Título do projeto:

Linhas Invisíveis: uma análise das desigualdades no acesso à cultura em Portugal

Área e Linha temática:

As Pessoas Primeiro | LT1 Desigualdades no acesso à cultura em Portugal

Investigador responsável:

Pedro Borrego

Instituição Proponente:

Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa)

Resumo:

Este projeto propõe analisar as desigualdades no acesso à cultura em Portugal, com especial destaque em três regiões do território: Norte Trasmontano; Grande Lisboa; e Alentejo e Algarve. Partindo da premissa de que o acesso desigual à cultura compromete a coesão social e o desenvolvimento sustentável das regiões, sendo influenciado por múltiplos fatores de natureza demográfica, histórica e social, a pesquisa pretende estudar a variação das práticas culturais ao longo do território e identificar os fatores com maior impacto no acesso à cultura. Com o contributo de uma equipa multidisciplinar nas áreas das políticas públicas, políticas culturais e sistemas de informação geográfica, será construída uma base de conhecimento multidimensional, com recurso a métodos mistos (quantitativos e qualitativos) e dados provenientes de documentos, fontes estatísticas e entrevistas a intervenientes nos domínios da cultura e do desenvolvimento regional. Esta base será integrada numa ferramenta de visualização interativa suportada por um sistema de informação geográfica. A plataforma digital será de acesso aberto e ficará disponível online para o público em geral, disponibilizando informação detalhada sobre as desigualdades e assimetrias regionais no acesso à cultura, podendo constituir um instrumento de apoio à definição de políticas públicas na área cultural.

Título do projeto:

Quadro de Indicadores para os Direitos Humanos Culturais – participação, acesso e contribuição para a vida cultural

Área e Linha temática:

As Pessoas Primeiro | LT2 Sistema de indicadores para os direitos culturais

Investigador responsável:

José Soares Neves

Instituição Proponente:

Associação ISCTE Conhecimento E Inovação - Centro De Valorização e Transferência de Tecnologias

Resumo:

Este projeto visa a construção de um Quadro de Indicadores dos Direitos Humanos Culturais para o caso português, com base nas orientações do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Recorre para tal ao desenvolvimento de um quadro conceptual dos direitos humanos culturais e à identificação de atributos estruturais e específicos de três componentes principais: participação, acesso e contribuição para a vida cultural. A metodologia combina análise normativa, revisão sistemática da literatura e consulta a peritos, culminando na criação e validação de uma base de dados de indicadores de processo e de resultado. Este quadro de indicadores permitirá monitorizar a implementação dos direitos culturais no território nacional, contribuindo para a formulação de políticas públicas baseadas em evidência e para o fortalecimento da participação cidadã na vida cultural.

Título do projeto:

Para além dos Serviços de Apoio Domiciliário: O limite do modelo atual e novas estratégias comunitárias de proximidade

Área e Linha temática:

As Pessoas Primeiro | LT3 Envelhecimento: estudos de caso para diagnóstico das necessidades de cuidados no domicílio de uma população envelhecida

Investigador responsável:

Marcelo D Mendonça

Instituição Proponente:

Fundação Champalimaud

Resumo:

A crescente longevidade em Portugal tem sido acompanhada por um aumento expressivo das situações de dependência em idade avançada, muitas vezes associadas a doenças crónicas, perda de autonomia e demência. Esta realidade, aliada ao enfraquecimento das redes familiares de apoio e à escassez de respostas públicas integradas, tem conduzido muitas famílias à sobrecarga ou à institucionalização precoce. O atual modelo de Serviços de Apoio Domiciliário (SAD) revela limitações profundas, especialmente na sua capacidade de adaptação a diferentes contextos territoriais, de articulação entre saúde e apoio social e de qualificação dos profissionais envolvidos. Este projeto propõe-se responder a estas limitações através da análise de contraste de dois estudos de caso: (1) os resultados de uma intervenção psicossocial domiciliária em pessoas com demência e seus cuidadores (Home360), com dados quantitativos e qualitativos recolhidos em zonas urbanas e rurais; e (2) um modelo emergente de habitação colaborativa com suporte partilhado (A Casa), centrado na prevenção da dependência e promoção da autonomia em contexto comunitário. A investigação recorre a métodos quantitativos e qualitativos. Os resultados serão debatidos em workshops colaborativos com toda a equipa e traduzidos em propostas concretas de reorganização do modelo de cuidados no domicílio, incluindo recomendações para novos perfis profissionais, linhas de formação e integração de boas práticas internacionais. O projeto culmina com uma sessão pública de apresentação e debate das propostas, envolvendo decisores políticos, representantes institucionais e da sociedade civil. Pretende-se, assim, contribuir para a formulação de políticas públicas informadas por evidência e alinhadas com a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável e o plano Nacional de Saúde para as Demências, oferecendo soluções viáveis, dignas e sustentáveis para o cuidado em contexto domiciliário e comunitário.

Título do projeto:

(Re) Imaginar os Cuidados no Domicílio em Portugal: Diagnóstico de Necessidades e Propostas para Respostas Inovadoras, Integradas e Sustentáveis

Área e Linha temática:

As Pessoas Primeiro | LT3 Envelhecimento: estudos de caso para diagnóstico das necessidades de cuidados no domicílio de uma população envelhecida

Investigadora responsável:

Maria Irene Carvalho

Instituição Proponente:

ISCSP Universidade de Lisboa – Centro de Administração e Políticas Públicas – CAPP

Resumo:

A temática deste projeto insere-se na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que define um conjunto de objetivos e metas com vista a garantir uma vida saudável e promover o bem-estar em todas as idades, alinhando-se igualmente com o Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026 (Resolução do Conselho de Ministros, 2024). Num contexto de envelhecimento demográfico, crescente esperança de vida e elevada dependência funcional após os 65 anos (com desigualdades de género), torna-se imperativo implementar políticas públicas de cuidados de proximidade, integrados, equitativos e centrados na pessoa. Alinhado com a tendência europeia de desinstitucionalização, defende-se a reconfiguração das respostas sociais com base na perspetiva do envelhecimento em casa e na comunidade (*ageing in place*), promovendo a autonomia, qualidade de vida e corresponsabilização comunitária nos processos de envelhecimento ativo. As orientações supranacionais (ONU; UE) destacam a importância de formar as decisões dos políticos (a nível nacional, regional e local) para reconfigurar os SAD, no sentido de responderem às necessidades complexas e às expectativas das pessoas idosas (atuais e futuras) e dos cuidadores (maioritariamente do sexo feminino). Esta reconfiguração necessária visa melhorar as políticas públicas para corresponder aos desafios sociais nesta área. Este projeto com o título “(Re) Imaginar os Cuidados no Domicílio em Portugal: Diagnóstico de Necessidades e Propostas para Respostas Inovadoras, Integradas e Sustentáveis” tem como finalidade elaborar um diagnóstico atualizado dos SAD a nível nacional no que respeita a necessidades e expectativas de pessoas idosas, cuidadores, decisores políticos e comunidades envolventes, contribuindo para o desenho e implementação de renovadas políticas públicas sustentáveis, focadas em modelos inovadores e integrados, ajustados às disparidades socioterritoriais. Tal como requerido no documento das Linhas Temáticas: Concurso Science4Policy 2025 (PLANAPP, 2025), Este projeto propõe a realização de estudos de caso com cobertura alargada e representatividade geográfica a nível nacional, visando caracterizar as necessidades de cuidados integrados (saúde e sociais) ao domicílio. Serão identificadas exigências e lacunas em recursos humanos, incluindo qualificação e especialização, bem como insuficiências na

oferta de cuidados nos setores público, social e privado, com atenção à evolução dos serviços privados e respetivos custos face ao poder de compra das famílias, em zonas rurais e urbanas. O ponto de partida será uma caracterização abrangente dos SAD, focando lacunas na cobertura territorial, nos modelos organizacionais, na qualificação dos profissionais, nas necessidades das pessoas idosas e cuidadores e no acesso efetivo aos serviços, contribuindo para um conhecimento aprofundado e sustentado dos SADs em Portugal. Paralelamente, serão analisadas práticas promissoras através de estudos de caso. Com base neste diagnóstico, serão formuladas propostas de políticas públicas inovadoras, integradas e sustentáveis, informadas por evidência empírica e pela participação de múltiplos *stakeholders*, com vista a reforçar a eficácia das respostas em cuidados domiciliários. Embora o envelhecimento esteja presente no debate público em Portugal, os cuidados ao domicílio mantêm-se marginalizados nas políticas públicas do setor. Os SAD continuam por mapear, caracterizar e avaliar, face à diversidade de práticas, modelos organizacionais, resultados e impactos. A equipa do projeto revela competências consolidadas para enfrentar esse desafio, aliando experiência de investigação aplicada, intervenção em organizações públicas e privadas que coordenam os SAD, e domínio de metodologias de análise, desenho, monitorização e avaliação de políticas públicas. Esta excelência decorre não só da produção científica neste campo, mas também de uma prática profissional com impacto efetivo na qualificação dos serviços prestados à população idosa e na capacitação dos profissionais envolvidos. Acresce ainda a qualidade do Centro de Investigação que acolhe a proposta: CAPP-ISCSP ULisboa. Este projeto alinha-se plenamente com os valores e missão do ISCSP, ao promover a produção de conhecimento científico diretamente orientado para necessidades concretas de política pública. Além disso, contribui para fomentar uma cultura académica de compromisso com a sociedade, incentivando a utilização do saber científico por decisores e entidades públicas. Ao propor abordagens interdisciplinares e integradas, esta iniciativa ecoa o espírito do ISCSP de pensar e desenhar políticas públicas com base em evidência robusta, promovendo a coerência e a eficácia das respostas aos desafios sociais contemporâneos. A integração de investigadores de outras unidades e universidades enriquecerá o projeto, assegurando abordagens mais amplas, complementares e inovadoras. Simultaneamente, as colaborações em curso com entidades como a FITI permitirão uma articulação direta com o terreno, facilitando a implementação das atividades e o acesso a conhecimento técnico e institucional sobre os SAD e os cuidados no envelhecimento. Esta parceria estratégica reforça a relevância prática e a ancoragem social da investigação, sendo ainda possível o alargamento a outras entidades, como a União das Misericórdias, das Mutualidades e a Segurança Social I.P, se o projeto se concretizar, dando seguimentos aos contactos já efetuados. O projeto terá uma duração de 7 meses, dividindo-se em três fases. Na primeira, serão mapeados e caracterizados (questionário) os SAD existentes a nível nacional, considerando a dimensão territorial e demográfica, assim como a tipicidade das organizações e dos cuidados. Concomitantemente, e numa segunda fase serão selecionados e identificados os SAD - estudos de caso, caracterizando os representativos de experiências e práticas inovadoras, boas práticas, adequadas aos paradigmas internacionais (como o *ageing in place*) e à Agenda 2030 para este tipo de cuidados. Esta análise será orientada pela matriz SWOT, considerando as forças e fraquezas internas dos serviços, bem como as oportunidades e limitações impostas pelo contexto

externo, respondida por coordenadores de serviços e profissionais que prestam os cuidados; e aprofundadas por entrevistas a profissionais e a utilizadores dos serviços. A terceira fase refere-se à produção de outputs do projeto e à sua disseminação. Nesta fase, as boas práticas, promissoras e inovadoras, serão utilizadas como fundamentos para a elaboração de propostas de melhoria dos SAD em articulação com os *stakeholders*, de forma a se adaptarem aos contextos organizacionais, políticos e socioterritoriais. O projeto prevê a produção de um conjunto articulado de recursos e ações de disseminação, orientados para a melhoria das políticas e práticas de prestação de cuidados ao domicílio, nomeadamente: i) *Policy brief* - Elaboração de um documento com recomendações de política pública, baseadas nos resultados da investigação, com vista a informar o desenho e a implementação de novos modelos de SAD, assim como a alocação eficiente de recursos. ii) Relatório final - Será elaborado um documento de síntese que integrará o percurso da investigação, os principais resultados e as propostas de reconfiguração dos modelos de SAD. A partir dos dados recolhidos, será desenvolvido um guia metodológico, com critérios operacionais claros, orientações práticas e prazos de implementação, adaptado a contextos urbanos e rurais. Este guia pretende apoiar IPSS, entidades privadas e municípios na planificação e organização de SAD integrados, ajustados à diversidade dos territórios. iii) Documento digital interativo - Desenvolvimento de um recurso de acesso público que reunirá, em formato interativo, o mapeamento georreferenciado dos SAD analisados nos estudos de caso, com hiperligações diretas à caracterização dos modelos organizacionais identificados. Esta ferramenta permitirá a exploração autónoma dos dados recolhidos, devidamente tratados e sistematizados. iv) Factsheet e notas de imprensa - Produção de um *factsheet* (resumo executivo de uma página) que sintetiza os principais resultados do estudo, acompanhado por notas de imprensa destinadas a reforçar a disseminação pública do conhecimento produzido. v) Seminário final de divulgação - Organização de um evento de apresentação e discussão pública dos principais resultados, a decorrer no ISCSP, no final de março de 2026.

Título do projeto:

Radar em análise: estudo e avaliação dos limites e potencialidades institucionais e locais do programa Radar Social

Área e Linha temática:

As Pessoas Primeiro | LT4 Pobreza e exclusão social: limites das medidas de políticas públicas

Investigador responsável:

Renato Miguel do Carmo

Instituição Proponente:

ISCTE – Conhecimento e Inovação

Resumo:

Apoiando-nos num programa de política pública criado no âmbito do programa de Recuperação e Resiliência (PRR) – Radar Social – que tem como objetivo sinalizar pessoas em situação de pobreza e exclusão social, este projeto propõe uma avaliação da pertinência e da eficácia da medida através das perceções dos agentes políticos e técnicos no terreno no sentido de identificar os principais fatores de sucesso e insucesso e propor melhorias na operacionalização destas estratégias (de combate à pobreza). Equipas multidisciplinares foram contratadas, mas pouco se sabe sobre as estratégias de integração das equipas Radar nos objetivos do próprio programa e os objetivos e trabalho do setor social das Câmaras Municipais. Novos fenómenos sociais emergentes a nível local, como o envelhecimento da população, o decréscimo da natalidade, o aumento dos fluxos migratórios (Peixoto et. al., 2009, Catarina e Peixoto, 2022, Pires et al, 2023, Pimentel, 2025), a crise habitacional ou a alteração das estruturas e da organização familiar (Núncio e Baliana, 2013; Diogo, 2018), pressupõem a necessidade de uma avaliação a um programa de política pública que tem como finalidade identificar, sinalizar e referenciar pessoas em situação de pobreza e exclusão social. Ainda há pouca literatura sobre as suscetibilidades económicas e sociais que são importantes para uma avaliação holística da vulnerabilidade (Tate et al., 2011), o que, para além da necessidade de uma avaliação do programa, faz com que este projeto ganhe maior relevância pela possibilidade da sua contribuição científica. O presente estudo pretende entender de que forma os objetivos e metas do programa Radar foram alcançados identificando os fatores de sucesso e os principais obstáculos à concretização dos objetivos propostos. Decorrente deste estudo e revisão de literatura pretendemos também fazer uma revisão dos conceitos em análise, os quais, no nosso entender merecem uma reflexão profunda. Pretende-se fazer uma apreciação deste programa na sua pertinência e eficácia através dos seus agentes no terreno (entidades beneficiárias finais – Câmaras Municipais). Para isso, identificámos três potenciais dimensões de análise: composição e organização das equipas envolvidas, processos de intervenção e de execução e resultados alcançados. A operacionalização do estudo irá fundar-se em quatro work packages. Um primeiro caracterizado pela revisão de literatura e análise documental. Um segundo pela aplicação online de um inquérito por questionário e o terceiro pela condução de

entrevistas semiestruturadas a quatro municípios que aderiram ao programa Radar, previamente selecionados. O quatro caracterizado pela elaboração de recomendações. A equipa que irá compor este projeto é multidisciplinar com investigadores de áreas diversas, sobretudo, de sociologia, políticas públicas/administração pública e serviço social. É uma equipa que já tem vindo a trabalhar em conjunto desde o último projeto PlanAPP na descentralização de competências. A equipa é dotada de conhecimentos metodológicos na produção de inquéritos e condução de entrevistas, bem como conhecimento teórico e uma larga experiência sobre a temática da pobreza e exclusão social.

Título do projeto:

Cascais Decide: Diagnóstico Participativo da Pobreza Infantil e Recomendações de Política Pública

Área e Linha temática:

As Pessoas Primeiro | LT5 Pobreza infantil em Portugal: Diagnóstico e estratégias de intervenção na proximidade

Investigador responsável:

João Zenha Martins

Instituição Proponente:

Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa

Resumo:

O projeto “Cascais Decide – Participação das Crianças no Diagnóstico de Carências Locais para Políticas de Combate à Pobreza” propõe-se a desenvolver um estudo localizado e participativo no Município de Cascais, centrado na participação e envolvimento direto de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Partindo da constatação, amplamente reconhecida na literatura e reforçada nas Linhas Temáticas do concurso, de que persiste uma escassez de conhecimento sobre as carências reais sentidas por crianças, famílias e instituições a nível local, o estudo visa colmatar esta lacuna com metodologias qualitativas robustas e participativas, ancoradas numa abordagem baseada em direitos. A proposta assenta num duplo objetivo: por um lado, diagnosticar e mapear, com as próprias crianças e os atores locais, as áreas prioritárias de intervenção no combate à pobreza infantil no concelho; por outro, produzir recomendações práticas, validadas institucionalmente, que sustentem medidas públicas mais eficazes, justas e contextualizadas. A estratégia de investigação combina metodologias clássicas e inovadoras, incluindo: (1) entrevistas e grupos focais com crianças, famílias e profissionais locais; (2) oficinas participativas com crianças e jovens, baseadas em ferramentas de Design Thinking e adaptação criativa da escuta ativa; (3) análise qualitativa temática, apoiada por consultoria especializada; (4) validação colaborativa dos dados e recomendações com *stakeholders* institucionais; (5) uma estruturação lógica ancorada na Teoria da Mudança, que garante a coerência entre problemas, atividades, resultados e impacto; (6) a adoção explícita de uma Metodologia Participativa baseada nos Direitos da Criança, assegurando o alinhamento ético com os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança; e (7) uma componente de Avaliação Participativa, envolvendo os próprios beneficiários e parceiros na análise dos resultados. As atividades serão desenvolvidas em estreita colaboração com o Núcleo Local de Apoio à Garantia para a Infância de Cascais e com os serviços sociais, educativos e comunitários da autarquia, promovendo um trabalho de terreno ancorado em redes já existentes. A equipa responsável combina experiência académica e aplicada em políticas públicas, participação infantil e combate à pobreza, sendo liderada pelo Professor João Zenha Martins, especialista em Direito das Crianças e Professor da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa, e pela investigadora Odete Severino Soares, especialista em planeamento e avaliação de

políticas sociais, direitos e participação das crianças. A coordenação técnica do projeto está a cargo da investigadora Maria Ana Carneiro, com vasta experiência em projetos europeus e metodologias participativas. A equipa conta ainda com a colaboração de Maria Miguel, especialista em metodologias participativas com crianças e jovens. Integra também a Professora Maria d'Oliveira Martins, especialista em pobreza infantil, finanças públicas e justiça distributiva, cuja investigação em políticas sociais e despesa pública justa aporta um contributo decisivo à análise e formulação de recomendações do projeto. A equipa é complementada por perfis técnicos e consultores com experiência em análise qualitativa, trabalho de campo e envolvimento comunitário.

Título do projeto:

Capacitar para o Futuro: desajustamento e depreciação de competências de jovens adultos em Portugal – causas, impactos e estratégias de mitigação

Área e Linha temática:

As Pessoas Primeiro / LT6 Desajustamento e depreciação das competências nos jovens

Investigador responsável:

João Pedro Luís de Queirós

Instituição Proponente:

Instituto Politécnico do Porto

Resumo:

O Projeto “Capacitar para o Futuro” pretende estudar os fenómenos do desajustamento e da depreciação de competências entre jovens adultos em Portugal. A partir da análise aprofundada dos dados do Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (PIAAC), disponibilizados no final de 2024, e considerando uma abordagem metodológica mista, que conjugará a análise daqueles dados e de dados de outras fontes secundárias com aprofundamentos empíricos e analíticos de índole qualitativa focados no estudo das trajetórias, experiências e perspetivas de jovens adultos, pretende-se identificar os fatores que contribuem para o desalinhamento entre percursos educativos e formativos e demandas dos mercados de trabalho. Os desajustamentos e a depreciação potencial das competências que desse desalinhamento podem resultar serão caracterizados por referência à realidade dos grupos sociais mais afetados por estes fenómenos, procurando objetivar-se também o conjunto de impactos deles decorrentes, designadamente em matéria de empregabilidade, satisfação com o trabalho e mobilidade profissional e social. O Projeto incluirá ainda a identificação e análise de exemplos de políticas, programas e práticas internacionais de referência direcionadas para a confrontação das causas e efeitos dos desajustamentos e da depreciação de competências entre os jovens, com o objetivo de apoiar a formulação de recomendações para o desenho, em Portugal, de políticas públicas mais eficazes neste domínio.

Título do projeto:

Habituação Vaga em Portugal: Territórios, Causas e Caminhos de Ação

Área e Linha temática:

As Pessoas Primeiro / LT7 Tanta casa sem gente, tanta gente sem casa: Causas de persistência de fogos vagos em Portugal

Investigador responsável:

Nuno Travasso

Instituição Proponente:

Universidade de Coimbra

Resumo:

Portugal enfrenta um aparente paradoxo: a escassez de habitação acessível coexiste elevado número de habitações desocupadas, cuja reativação contribuiria para responder à atual crise de habitação. Responder a este desafio exige políticas públicas baseadas em evidência, ancoradas num conhecimento aprofundado das causas e configurações territoriais da habitação vaga. Este projeto tem como objetivo mapear a distribuição espacial da habitação vaga em Portugal, reconhecer a diversidade do fenómeno consoante os contextos e desenvolver uma tipologia inovadora das causas que explicam esta realidade e avaliar criticamente a eficácia das políticas públicas nacionais atualmente em vigor. Pretende-se ainda propor soluções territorialmente diferenciadas para apoiar a formulação de políticas públicas mais eficazes, capazes de responder aos desafios da acessibilidade à habitação e de promover um uso mais eficiente, equitativo e sustentável do parque habitacional existente. O projeto alia espacialização e análise dos dados estatísticos disponíveis, análise jurídica e revisão comparada de políticas públicas internacionais à análise detalhada de casos-de-estudo representativos de diferentes padrões territoriais (e.g., áreas com elevada pressão urbanística vs. zonas de despovoamento), por forma a reconhecer a complexidade de fatores conjugados que justificam as opções dos diferentes atores envolvidos. Esta leitura será complementada por um fórum colaborativo envolvendo atores relevantes. Parte-se da hipótese de que diferentes padrões de vacância requerem respostas públicas diferenciadas, sustentadas em conhecimento granular, contextualizado e orientado para a decisão.

Título do projeto:

Casas Vazias, Vidas em Espera: um paradoxo em plena crise da habitação

Área e Linha temática:

As Pessoas Primeiro / LT7 Tanta casa sem gente, tanta gente sem casa: Causas de persistência de fogos vagos em Portugal

Investigador responsável:

João Pereira dos Santos

Instituição Proponente:

ISEG Research

Resumo:

Portugal enfrenta hoje um paradoxo habitacional profundo: mais de 723 mil fogos foram declarados vagos nos Censos de 2021 (dos quais apenas cerca de 350 mil estavam disponíveis para arrendamento ou venda) coexistem com a maior crise no acesso à habitação das últimas décadas. O projeto “Casas Vazias, Vidas em Espera” parte da premissa que esta realidade só será compreendida quando os decisores públicos dispuserem de conhecimento acionável, apresentado em linguagem clara e ancorado em dados micro, na avaliação de políticas públicas baseadas em evidência empírica, em comparações internacionais e depois de ouvir os proprietários e outros protagonistas. A equipa do projeto “Casas Vazias, Vidas em Espera” é liderada por João Pereira dos Santos (ISEG) e Susana Peralta (Nova SBE), dois economistas com vasta experiência em economia urbana e em políticas públicas. Compreender a génese do paradoxo requer, no entanto, uma abordagem multidisciplinar uma vez que o fenómeno das casas vagas tem uma dimensão económica, mas também jurídica, social e cultural. Assim, o projeto conta com especialistas em urbanismo, direito público, transportes e em dados fiscais, com uma produção científica relevante em revistas internacionais de topo com avaliação por pares. Para além disso, fechámos ainda parcerias de colaboração com serviços e organismos da Administração Pública, nomeadamente, com o GPEARI do Ministério das Finanças e com as Câmara Municipais de Lisboa e de Cascais. “Casas Vazias, Vidas em Espera” responderá às seguintes perguntas de investigação: 1. Onde se localizam e quais são as características das áreas com maiores concentrações de fogos vagos? 2. Que características possuem os fogos vagos? 3. Quem são os seus proprietários? Quais os elementos de propriedade (ex.: partilhas, heranças indivisas), incentivos ou desincentivos fiscais, condições de mercado ou barreiras burocráticas que explicam a sua persistência? 4. Em que medida as políticas públicas já aplicadas em Portugal – como a majoração do IMI – surtiram o efeito desejado? 5. Que programas internacionais foram bem-sucedidos e podem ser legal e administrativamente transplantados para Portugal? O projeto será desenvolvido em cinco tarefas, incluindo diagnóstico, *benchmark* internacional, análise quantitativa e qualitativa, e disseminação pública. A abordagem é multidisciplinar, combinando o recurso a microdados administrativos (IMI, IMT, IRS, Censos) com métodos descritivos e técnicas de econometria causal,

várias abordagens para a identificação dos fogos vagos, incluindo algoritmos de *machine learning* para identificar visualmente prédios devolutos. Iremos ainda implementar uma abordagem mais qualitativa, com inquéritos e entrevistas a proprietários, decisores e agentes do setor usando ferramentas de *text analysis* e faremos uma análise jurídica comparada da viabilidade das políticas propostas. Quanto ao esforço de disseminação, “Casas Vazias, Vidas em Espera” irá culminar numa conferência internacional, num *webinar* de discussão com decisores e na apresentação pública de um *Policy Brief*, uma peça chave na transferência de conhecimento, que terá o objetivo de propor soluções económica e urbanisticamente responsáveis, juridicamente viáveis e capazes de orientar reformas orçamentais, fiscais e regulatórias nesta legislatura. Todos estes materiais estarão permanentemente disponíveis no website do projeto, com infografias e mapas interativos que permitirão digerir de uma forma mais simples as principais conclusões do projeto. Deste modo, “Casas Vazias, Vidas em Espera” transcende a análise puramente académica: oferece ferramentas de decisão de curto prazo, ancoradas em evidência robusta e comparada, que podem ser imediatamente integradas nos programas de reabilitação, nos planos municipais de habitação ou nos debates sobre fiscalidade imobiliária. O resultado esperado é simples e mensurável: menos casas vazias, mais lares habitados, melhores dados para governar.

Título do projeto:

HABIPUB – Estratégias e soluções integradas para a promoção do arrendamento público em Portugal

Área e Linha temática:

As Pessoas Primeiro / LT8 Modelos de sustentabilidade económico-financeira para a promoção de arrendamento público

Investigadora responsável:

Ana Cordeiro Santos

Instituição Proponente:

Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra,

Resumo:

O projeto HABIPUB procura responder a uma das principais crises sociais contemporâneas: a crescente inacessibilidade à habitação por parte de jovens e grupos com baixos rendimentos. Esta situação resulta do desfasamento entre a rápida valorização dos preços da habitação e a estagnação salarial, fenómeno amplamente documentado nas economias capitalistas avançadas (Aalbers et al., 2021). Em Portugal, os impactos assumem contornos particularmente graves: o país regista dos mais acentuados aumentos nos preços de venda e nas rendas habitacionais entre os membros da OCDE e da União Europeia, sobretudo em contextos urbanos e turísticos (Drago et al., 2025; Santos, 2024). Por sua vez, a habitação pública representa apenas cerca de 2% do parque habitacional, refletindo a limitada capacidade do Estado para enfrentar a crise habitacional e mitigar as suas implicações sociais e territoriais. No âmbito da Linha Temática 8 do concurso Science4Policy 2025, o HABIPUB propõe-se identificar soluções financeiramente sustentáveis e socialmente eficazes para reforçar o arrendamento público em Portugal, contribuindo para a reconfiguração do sistema habitacional nacional. O projeto parte de três questões estratégicas: 1. Que modelos de financiamento garantem a sustentabilidade do arrendamento público? 2. Quais são as boas práticas internacionais suscetíveis de adaptação ao contexto nacional? 3. Como pode o Estado (central e local), em articulação com os setores privado e social, estruturar soluções financeiramente viáveis e socialmente justas? Face à dimensão reduzida do parque habitacional público, considera-se que a promoção do arrendamento público deve estar articulada com outras vertentes da política de habitação, de forma a garantir coerência, potenciar sinergias e minimizar impactos indesejados, nomeadamente os decorrentes do conflito estrutural entre o valor de uso e o valor de troca da habitação (Aalbers & Christophers, 2014). Reconhecendo que a implementação de políticas públicas não se esgota na sua robustez técnica, o projeto integra uma componente de validação política e institucional das propostas geradas. Para tal, será desenvolvido um quadro analítico multicritério, que incluirá quatro dimensões: i) sustentabilidade económico-financeira; ii) equidade social; iii) exequibilidade técnica (i.e., facilidade de implementação); e iv) exequibilidade política (i.e., nível consenso político requerido). Este quadro será aplicado com o contributo de decisores políticos com responsabilidades na área da habitação, bem como

representantes do setor privado e da sociedade civil. Concretamente, o plano de trabalhos estrutura-se em torno de três pilares fundamentais: I. Análise crítica das políticas públicas nacionais existentes, com identificação de lacunas e oportunidades de reformulação; II. Estudo de boas práticas internacionais relevantes, com vista à sua adaptação à realidade portuguesa; III. Validação das propostas junto de decisores públicos e demais atores relevantes, através de um processo participativo orientado para a exequibilidade técnica e política das soluções. A investigação será conduzida por uma equipa interdisciplinar, sediada no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com um sólido percurso de investigação, produção científica e apoio à formulação de políticas públicas, destacando-se pela sua capacidade de articulação entre conhecimento académico, intervenção pública e envolvimento com a sociedade civil.

Título do projeto:

CAPP-ODS “Capacitar a Administração Pública portuguesa com impacto efetivo nos objetivos de desenvolvimento sustentável”

Área e Linha temática:

Digitalização, inovação e qualificação / LT9 Formação profissional dos trabalhadores da Administração Pública

Investigadora responsável:

Júlia Seixas

Instituição Proponente:

NOVA.id.FCT - Associação para a Inovação e Desenvolvimento da FCT

Resumo:

O desenvolvimento sustentável é o desafio mais urgente dos nossos tempos, e o que requer uma alteração de modelos mentais e de soluções inovadoras. A economia global gera uma imensa riqueza que vem acompanhada por desigualdades, exclusão social e destruição dos recursos naturais e dos equilíbrios dos ecossistemas terrestres e dos oceanos. Em 2015, os 193 membros das Nações Unidas adotaram a Agenda 2030 e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um quadro universal e interdisciplinar para promover a prosperidade, as pessoas e o planeta. Este quadro requer uma transformação na forma como os Governos e a Sociedade encaram e fomentam o desenvolvimento económico, incluindo na equação a inclusão social e a preservação e regeneração dos sistemas naturais, respeitando as fronteiras planetárias. A formulação e implementação desta transformação depende, em larga medida, de modelos de governo associadas à definição e execução de políticas públicas que não tem sido particularmente bem-sucedida, quando considerados as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como ilustra o Sustainable Development Report 2025 (Sachs et al, 2025), apresentado no passado 24 de junho 2025, em que se antecipa que menos de 20% das metas serão atingidas em 2030. As políticas públicas, qualquer que seja o domínio, são normalmente complexas, transversais a vários setores da Administração Pública Portuguesa (APP) e com impacto no longo-prazo, o que requer competências em pensamento sistémico, gestão de problemas complexos, e pensamento de médio (5 a 10 anos) e longo prazo (até 20-30 anos). Requer ainda um modelo mental e ferramentas e uma prática de cooperação intra e inter-institucional, tentando acabar com os silos que enfermam a maior parte da organização da APP, reconhecidos esmagadoramente como fatores de ineficiência, inclusivamente económica, por implicarem impactos negativos em áreas que, à partida, não são do âmbito da responsabilidade do organismo autor da Estratégia, Plano ou Instrumento. Exemplos de políticas transversais incluem as Políticas de Combate às Alterações Climáticas (e.g. Roteiro para a neutralidade carbónica da Economia Portuguesa 2050), a Estratégia Nacional para o Mar, a Estratégia de Transformação Digital da Administração Pública, a Estratégia de Combate à Pobreza, e o Plano Nacional de Investimentos. Na conjuntura atual

geopolítica e de uma forte implantação de forças políticas extremistas, normalmente negacionistas do desenvolvimento sustentável, é urgente dotar a APP com competências técnicas com o objetivo de ultrapassar os constrangimentos que impedem e por vezes antagonizam e retardam, a implementação/execução das políticas públicas com impacto nos ODS. Um dos fatores identificados aquando da elaboração do Relatório Voluntário Nacional de implementação dos ODS em Portugal em 2023 foi a ausência de uma alargada capacitação da APP aos vários níveis como catalisador dos ODS. Vários países têm dedicado recursos neste domínio e em Portugal existem algumas iniciativas, porém, de carácter esporádico, por vezes demasiado teóricos e passivas e assentes em modelos pedagógicos convencionais, não baseados em abordagens transformadoras e no desenvolvimento de competências essenciais para a ação. Este projeto tem como objetivo desenhar um modelo de capacitação (i.e. conteúdos, modelo pedagógico e modelo de implementação) tendo por ambição alcançar no futuro após projeto grande parte dos 750 mil funcionários públicos em Portugal nos próximos anos. Trata-se de uma tarefa complexa, pelos diferentes níveis de responsabilidades da AP (i.e. dirigentes, técnicos), de âmbitos muito distintos (e.g. saúde, administração interna, educação, forças de segurança) e com impacto geográfico diverso (i.e. central, regional, local), que requer uma análise prévia para que o modelo a adotar tenha elevada probabilidade de ter sucesso. A partir de uma análise de benchmarking nacional e internacional sobre formas de capacitação da AP para o desenvolvimento sustentável, de workshops com organismos selecionados e com os principais responsáveis da formação a AP (INA e IGAP), é viável alcançar aquele objetivo e verter o seu conteúdo num documento de política (Policy brief) com vista à sua apropriação pela Presidência do Conselho de Ministros. A proposta do projeto CAPP-ODS insere-se na linha temática 9. Formação profissional dos trabalhadores da Administração Pública, incluída na AGENDA DA ESTRATÉGIA PT 2030: Digitalização, inovação e qualificação como motores do desenvolvimento. O projeto irá propor um modelo de formação profissional eficaz que atenda às necessidades do setor público em matéria de sustentabilidade (com impacto direto em múltiplas áreas de políticas públicas como energia, combate à pobreza, mobilidade, salvaguarda da biodiversidade terrestre e dos oceanos, pescas e agricultura e florestas, entre outras), além promover a transferência de conhecimento para práticas mais eficientes e adaptadas à APP é um percurso de valorização do trabalhador no quadro do Referencial de Competências para a Administração Pública. A equipa envolvida tem vasta experiência em práticas de formação, seja em ambiente académico ou em modelos inovadores, como os desenvolvidos no âmbito do EIT Climate-KIC, e assentes em modelos digitais que antecipamos como essenciais para o que se pretende desenvolver. O projeto conta com parceiros (município de Guimarães, Tribunal de contas e CCDR Centro) que se disponibilizam a testar o(s) modelo(s) a desenvolver, garantindo que a proposta final esteja adequada à realidade nacional. A ambição deste projeto é propor ao governo Português um Programa de capacitação que possa vir a ser implementado e que tenha como principal impacto tornar, num período de 5 anos, a APP bem informada e com competências para garantir que o desenvolvimento de Portugal esteja alinhado com o desenvolvimento sustentável e em particular com os ODS e políticas associadas.

Título do projeto:

Equidade e Inclusão na Administração Pública

Área e Linha temática:

Digitalização, inovação e qualificação / LT9 Formação profissional dos trabalhadores da Administração Pública

Investigador responsável:

José Miguel Nogueira

Instituição Proponente:

CVTT – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologias – ISCTE

Resumo:

Não obstante os avanços ocorridos nas últimas décadas, as pessoas com deficiência ainda constituem um grupo populacional socialmente desfavorecido e excluído comparativamente à população em geral em praticamente todos os indicadores sociais. Falamos, por exemplo, do nível de habilitações literárias, taxa de emprego, taxa de desemprego, rendimento ou mesmo da participação social e política. Para além do lastro ao nível do estigma e do preconceito que a deficiência ainda incorpora em muito setores da sociedade portuguesa e europeia, é um adquirido que a generalidade das medidas de política de apoio neste âmbito concentram-se sobretudo na capacitação da pessoa com deficiência, negligenciado muitas vezes a capacitação dos contextos sociais. Ora, segundo, Ainscow, et al., (2006), a inclusão implica uma verdadeira transformação dos contextos sociais por forma a se encontrarem preparados para incluir, de forma equitativa, a diversidade humana, promovendo oportunidades de igualdade no acesso e participação social de todas as pessoas, especialmente das oriundas de grupos sociais excluídos. É, pois, com este objetivo de capacitação das organizações da administração pública, neste caso das autarquias, que se propõe o presente projeto, uma vez que têm vindo a ganhar progressiva relevância na área social e detêm uma maior proximidade e conhecimento dos problemas nos seus territórios de intervenção. A necessidade social que o projeto-piloto pretende ajudar a mitigar, emerge, não só da revisão da literatura efetuada pela equipa de investigação, mas também do conhecimento obtido em grupos focais em diferentes projetos em que o Núcleo de Estudos da Deficiência se encontra envolvido, nos quais ficou clara a necessidade de uma maior preparação dos municípios a este nível. Face ao exposto, é objetivo geral do presente projeto-piloto conceber um programa inovador de formação em equidade e inclusão, na administração local e testá-lo na prática, incluindo um enfoque especial na inclusão digital, em 4 autarquias da AML, designadamente nos municípios do Barreiro, Loures, Cascais e Sintra e com capacidade de poder ser adaptado aos serviços da administração central e incluir futuramente na oferta formativa no quadro da administração pública. Os cursos proporcionarão uma transferência de conhecimento, não só aquilo que apelidámos de i) capacitação para a inclusão interna – ao nível da preparação organizacional para a integração nos serviços de profissionais com deficiência e ii) inclusão externa – preparação organizacional não só para um

atendimento inclusivo na área da deficiência, como também para a inclusão de pessoas com deficiência nas atividades regulares promovidas ou apoiadas pela autarquia.

Título do projeto:

Training4Future: Anticipating Future-Ready Skills in the Public Sector

Área e Linha temática:

Digitalização, inovação e qualificação / LT10 Antecipação das necessidades de formação dos trabalhadores da Administração Pública

Investigador responsável:

David Ferraz

Instituição Proponente:

Instituto para as Políticas Públicas e Sociais - IUL (IPPS-IUL)

Resumo:

O estudo visa consolidar uma metodologia de diagnóstico e antecipação de necessidades de formação dos trabalhadores da Administração Central, privilegiando como âmbito de análise as áreas funcionais transversais da Administração Central e uma abordagem baseada na gestão integrada por competências. O estudo Training4Future: Anticipating Future-Ready Skills in the Public Sector permitirá produzir um mapeamento de necessidades de formação, tanto transversais como específicas, e elaborar um conjunto de recomendações operacionais para o planeamento estratégico da formação, identificando lacunas atuais de competências e necessidades futuras, em função dos desafios emergentes. Articuladamente, serão propostas métricas de monitorização que permitam avaliar o impacto da formação em contexto de trabalho. Espera-se produzir um diagnóstico das necessidades de formação ao nível das competências transversais e técnicas nestas áreas funcionais e promover um exercício de cenarização que possibilite perspetivar a sua evolução no médio/longo prazo. Ao fazê-lo, contribuirá para alinhar os investimentos em formação com os objetivos de modernização administrativa e reforçar a capacidade do Estado em antecipar e responder a contextos em transformação.

Título do projeto:

SAFE - Solutions for Assisting and Facilitating Equity

Área e Linha temática:

Digitalização, inovação e qualificação / LT12 Utilização da Inteligência Artificial para a previsão das reincidências da violência doméstica

Investigadora responsável:

Marisa Ferreira

Instituição Proponente:

Instituto Politécnico do Porto – Escola Superior de Tecnologia e Gestão (IPP – ESTG – CIICESI)

Resumo:

Domestic violence remains one of the most persistent and complex social challenges today, profoundly affecting the health, safety, and well-being of victims and communities. The SAFE proposal aims to develop an innovative digital system for territorial analysis of domestic violence, using artificial intelligence to strengthen local entities' ability to identify recurrence patterns early and design more effective, territorially tailored responses. Grounded in robust scientific evidence, the proposal draws on national and international studies that highlight the role of territorial, socioeconomic, and institutional factors in the prevalence of and response to domestic violence. It also incorporates recent findings on the relevance of intersectionality and risk profile analysis in shaping interventions. Despite this, the absence of integrated and automated tools for data collection and analysis continues to hinder effective action. The methodology involves automated collection, normalisation, and integration of data from local structures and the National Network for Supporting Victims of Domestic Violence (RNAVVD). In the pilot phase, the system will be implemented in two to three municipalities, where the data integration pipeline will initially focus. Concurrently, efforts will define and implement strategies for future ingestion of additional data sources, ensuring scalability and long-term adaptability. The multidisciplinary research team brings expertise in data science, information systems, genderbased violence, and public policy, ensuring scientific rigour and feasibility. Their prior experience and strong institutional partnerships reinforce both commitment and the likelihood of successful implementation within the project's timeframe.

Título do projeto:

IA para Previsão de Reincidência na Violência Doméstica em Portugal

Área e Linha temática:

Digitalização, inovação e qualificação / LT12 Utilização da Inteligência Artificial para a previsão das reincidências da violência doméstica

Investigador responsável:

Hélder Pinto

Instituição Proponente:

ISTEC Porto

Resumo:

A violência doméstica em Portugal mantém-se uma preocupação premente, exigindo abordagens mais eficazes para a previsão da reincidência, apesar dos esforços legislativos e das atuais fichas de avaliação de risco. Este projeto propõe a utilização da Inteligência Artificial (IA) para aprimorar esta previsão, focando-se no contexto português e exclusivamente na informação das Fichas de Avaliação de Risco para situações de Violência Doméstica (Ficha RVD-R). A investigação visa desenvolver e validar modelos preditivos (regressão ou classificação binária). Estes modelos, através da análise estruturada dos dados das Fichas RVD-R, identificarão com maior precisão indivíduos de elevado risco. O objetivo é otimizar recursos e priorizar intervenções, protegendo vítimas e gerindo agressores. A colaboração com a Administração Pública é crucial para aceder a dados anonimizados e garantir a aplicabilidade. A proposta inclui o desenho concetual de um sistema preditivo, que poderá materializar-se num *dashboard* ou *chatbot* privado para as forças de segurança, potenciado por uma interface com Flowise/Langflow e uma base de dados vetorial para as Fichas RVD-1L. Este avanço tecnológico, utilizando IA acessível, procura reduzir a reincidência da violência doméstica e contribuir para uma sociedade mais segura e justa.

Título do projeto:

PEGADAS – Perceções e experiências da mobilidade infantil para a construção de políticas públicas mais justas e sustentáveis

Área e Linha temática:

Transição climática e sustentabilidade dos recursos / LT19 Pobreza na mobilidade: caracterização e monitorização

Investigadora responsável:

Daniela Rodrigues

Instituição Proponente:

Universidade de Coimbra

Resumo:

A pobreza na mobilidade é uma dimensão frequentemente invisível da exclusão social e territorial, refletindo-se na dificuldade de aceder a oportunidades, serviços e espaços urbanos de forma segura, confortável e acessível. Esta condição resulta da combinação de fatores como a inacessibilidade física, a indisponibilidade de transporte adequado, os custos associados à mobilidade e a perceção de insegurança no espaço público. Quando observada do ponto de vista das crianças, esta vulnerabilidade torna-se particularmente crítica. Dependentes de um ambiente urbano que garanta acessibilidade, segurança e conforto, muitas vivem em territórios marcados por ruas dominadas pelo tráfego automóvel, com passeios ou ciclovias descontinuados ou inexistentes, escassez de arborização, zonas de abrigo ou pontos de apoio. Estas condições moldam a forma como as crianças percecionam o seu bairro limitando a sua autonomia, bem-estar e relação com o espaço urbano. O projeto PEGADAS: Perceção, Espaço, Gestão territorial, Ação, Desenho, Autonomia e Segurança, propõe uma abordagem inovadora e multidimensional ao estudo da pobreza na mobilidade infantil, combinando métodos participativos, análise empírica e avaliação crítica das políticas públicas. A investigação terá como base várias escolas da região centro de Portugal, selecionadas em contextos territoriais contrastantes, desde zonas centrais a áreas periféricas e rurais, permitindo captar a diversidade de experiências e ambientes. O estudo organiza-se em três componentes complementares: 1. Participação infantil (crianças dos 6 aos 11 anos): As crianças serão convidadas a desenhar e descrever a rua onde vivem. As moradas serão georreferenciadas e as imagens reais das ruas analisadas com ferramentas digitais e algoritmos de inteligência artificial, comparando as perceções infantis com a configuração urbana existente. 2. Inquérito aos encarregados de educação: Recolher-se-á informação sobre fatores que influenciam as escolhas de mobilidade escolar, barreiras à mobilidade ativa e dinâmicas familiares, permitindo mapear as disparidades sociais e territoriais. 3. Análise das políticas públicas: Será feita uma análise detalhada dos municípios envolvidos e dos extremos do Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM 2024), avaliando em que medida as políticas locais de mobilidade refletem (ou não) melhores condições urbanas para as crianças, identificando

boas práticas e desalinhamentos face aos objetivos de sustentabilidade. A articulação entre estas três dimensões — o olhar das crianças, as decisões das famílias e o enquadramento das políticas públicas — permitirá produzir dados quantitativos e qualitativos de elevado valor analítico e aplicabilidade prática. Os resultados fornecerão evidência concreta para fundamentar propostas de reconfiguração urbana, orientadas para ambientes mais seguros, confortáveis e inclusivos, com especial atenção às necessidades das crianças. A comparação territorial dos dados, associada ao escrutínio das políticas locais, permitirá testar e propor intervenções ajustadas à diversidade de contextos urbanos e rurais. Este conhecimento contribuirá para o desenvolvimento de territórios mais coerentes com os princípios da sustentabilidade, justiça social e equidade territorial. Os resultados do projeto têm elevado potencial para alimentar políticas públicas, nomeadamente no contexto do Fundo Social para a Ação Climática (FSAC), contribuindo com evidência sobre vulnerabilidades territoriais e sociais relevantes para uma transição energética mais justa. Os dados poderão também ser integrados em Planos de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) e outros instrumentos de planeamento municipal e regional, apoiando decisões estratégicas baseadas em evidência. O projeto PEGADAS afirma-se, assim, como um contributo sólido para a criação de cidades mais equitativas, resilientes, habitáveis e centradas nas pessoas.

Título do projeto:

Do Isolamento à Inclusão: o Índice Multidimensional de Pobreza nos Transportes em Portugal

Área e Linha temática:

Transição climática e sustentabilidade dos recursos / LT19 Pobreza na mobilidade: caracterização e monitorização

Investigador responsável:

Filipe Manuel Mercier Vilaça e Moura

Instituição Proponente:

Instituto Superior Técnico

Resumo:

A pobreza em termos de transportes é uma questão multidimensional que surge quando indivíduos ou famílias enfrentam opções de transporte limitadas, inacessíveis ou inadequadas, restringindo o acesso a serviços e oportunidades essenciais. Afeta frequentemente as populações de baixos rendimentos e periféricas e contribui para a exclusão social e espacial. Embora existam metodologias para medir a pobreza em termos de transportes, são frequentemente complexas, exigindo muitos dados e não tendo sido concebidos para uma monitorização contínua. Este projeto propõe a criação do Índice Multidimensional de Pobreza nos Transportes (IMPT) para Portugal — uma ferramenta compósita, multidimensional e sustentável, baseada inteiramente em dados secundários, disponíveis publicamente e recolhidos de forma periódica. O objetivo é caracterizar e monitorizar a pobreza nos transportes em Portugal, particularmente a nível nacional e das NUT III, e identificar áreas prioritárias para intervenção política. A proposta de investigação envolve cinco fases: 1. Revisão da literatura e de políticas públicas para mapear metodologias e dados existentes. 2. Caracterização da pobreza nos transportes através da análise de redes de infraestrutura e serviços de transportes e dados socioeconómicos especializados. 3. Desenvolvimento de um quadro de indicadores utilizando dimensões-chave como acessibilidade, acessibilidade económica (*affordability*), qualidade do serviço e segurança. 4. Construção do IMPT e aplicação à Área Metropolitana de Lisboa (AML). 5. Metodologia de monitorização e divulgação, incluindo ferramentas do tipo dashboard e um guia com diretrizes para a respetiva adoção institucional. Ao aproveitar os dados existentes e evitar a necessidade de inquéritos dispendiosos, o IMPT oferecerá uma ferramenta replicável, escalável e relevante para as políticas públicas, para acompanhar a evolução do sistema de transportes e a transição para a mobilidade justa, informando ainda instrumentos de política como o Fundo Social para a Ação Climática (FSAC) e os Planos de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS).

Título do projeto:

Avaliação espacialmente explícita do potencial para produção de biometano em Portugal e sua integração na Rede Nacional de Gás (BioRede)

Área e Linha temática:

Transição climática e sustentabilidade dos recursos / LT20 Gases de origem renovável: incentivar a produção de biometano

Investigadora responsável:

Joana Portugal Pereira

Instituição Proponente:

Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

Resumo:

O projeto BioRede visa avaliar de forma espacialmente explícita e integrada o potencial de produção de biometano em Portugal continental, considerando a disponibilidade de biomassa residual de agropecuária, assim como a acessibilidade à Rede Nacional de Gás (RNG). O objetivo central é fornecer uma base científica robusta para orientar políticas públicas para a expansão sustentável da produção de biometano em Portugal, alinhada com as metas de neutralidade carbónica e segurança energética. Este projeto pioneiro combina metodologias de análise espacial, modelação tecno-económica e avaliação de mitigação climática para identificar as áreas com maior viabilidade de implementação de unidades de produção de biometano, à escala municipal. O projeto responde aos desafios estruturais enfrentados pelo sector, como a descentralização das fontes de biomassa, os custos logísticos da sua recolha e transporte, e a limitada cobertura da RNG, atualmente concentrada no litoral do país. Neste contexto, o projeto BioRede tem quatro (4) objetivos: 1. Avaliar o potencial teórico, técnico e de implementação de produção de biometano a partir de resíduos agropecuários e agroindustriais em Portugal continental, com base na disponibilidade espacial de biomassa residual. 2. Identificar e mapear as regiões com maior viabilidade para a produção e injeção de biometano na Rede Nacional de Gás (RNG) para criar novas cadeias de valor a nível regional, considerando critérios de proximidade a infraestruturas existentes, acessibilidade logística, disponibilidade de resíduos e escala mínima de viabilidade. 3. Estimar o potencial de abatimento de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) associado à substituição de gás natural por biometano nas regiões identificadas como prioritárias de forma a garantir sustentabilidade ambiental da fileira do biometano. 4. Calcular os custos marginais de abatimento de GEE associados à produção e distribuição de biometano, fornecendo subsídios técnicos e económicos para a definição de políticas de apoio à sua implementação. O projeto integra abordagens top-down (mapeamento de infraestruturas e políticas) e *bottom-up* (quantificação de recursos locais) para construir uma base de dados georreferenciada e produzir indicadores regionais de viabilidade técnica, económica e ambiental. Os resultados apoiarão a ação pública e privada orientada para a neutralidade climática, a economia circular e a resiliência energética nacional.

A equipa do projeto é composta por especialistas em planeamento energético, avaliação ambiental integrada e sistemas territoriais, e será desenvolvida no seio do IN+/IST/ULisboa, contando com o apoio de um *advisory board* C&T e institucional da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e do Centro de Biomassa para a Energia (CBE), assegurando a relevância operacional e política dos resultados alcançados. Apesar da duração limitada (6 meses), o projeto BioRede é exequível devido: (i) à elevada especialização da equipa, (ii) à definição clara de tarefas interligadas, e (iii) ao acesso antecipado a dados e ferramentas analíticas validadas, assegurando a entrega dos resultados previstos com rigor, eficácia e relevância para a formulação de políticas públicas.

Título do projeto:

OPTIMOB-@I.PT

Área e Linha temática:

Transição climática e sustentabilidade dos recursos / LT21 Modelar cenários de alteração do parque rodoviário rumo à descarbonização

Investigadora responsável:

Ana Isabel Coelho Borges

Instituição Proponente:

Instituto Politécnico do Porto – Escola Superior de Tecnologia e Gestão (IPP – ESTG – CIICESI)

Resumo:

O transporte público desempenha um papel fundamental em qualquer cidade e, com um planeamento adequado, pode contribuir de forma eficaz para a melhoria da mobilidade urbana, bem como para a transição no processo de descarbonização das frotas rodoviárias. Nos últimos anos, têm sido apresentadas várias tecnologias de autocarros para substituição dos veículos movidos a gasóleo. No entanto, é necessária uma análise mais criteriosa antes de se resolver, de forma otimizada, o problema da seleção das frotas. Neste contexto, o presente projeto surge com a proposta de desenvolver uma ferramenta integrada de apoio à decisão, baseada em modelos de otimização e simulação, que aborde o problema da seleção de frotas de autocarros urbanos. A ferramenta proposta distingue-se pela integração inovadora entre modelos de otimização e simulação, tendo como objetivo a minimização dos custos, das emissões de CO₂ da frota, e das emissões de CO₂ associadas à produção de eletricidade ou combustíveis. Serão considerados diferentes tipos de autocarros urbanos: a gasóleo, elétricos, híbridos e a hidrogénio. Os resultados obtidos neste projeto não se limitarão apenas ao estudo de caso analisado. A metodologia e os modelos desenvolvidos poderão ser adaptados à otimização da seleção de frotas em diferentes cidades e contextos urbanos. Isto significa que as contribuições deste projeto poderão ser aplicadas de forma abrangente, permitindo a incorporação de variáveis específicas de cada localidade e a consideração das características particulares das frotas de autocarros. Esta flexibilidade e escalabilidade da abordagem proposta poderão ampliar significativamente o impacto das soluções desenvolvidas.

Título do projeto:

Água-doce, água-salgada: património arqueológico em risco, num clima em mudança

Área e Linha temática:

Transição climática e sustentabilidade dos recursos / LT23 Cenários climáticos e impactos esperados em Portugal sobre o património cultural (arqueológico e arquitetónico)

Investigadora responsável:

Mariana Diniz

Instituição Proponente:

Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - UNIARQ

Resumo:

Pretende-se com este projeto monitorizar, em sítios arqueológicos, o impacto das alterações climáticas em curso, em particular o provocado pelos efeitos das águas da chuva e das águas do mar, obtendo informação multidisciplinar que permita antecipar cenários e riscos futuros, contribuindo para a definição das melhores políticas de minimização de impactos, sobre o património. Foram para o efeito selecionados dois casos de estudo: o povoado calcáltico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), monumento nacional desde 1971, e o sítio romano de Loulé Velho (Loulé), cujas diferentes localizações geográficas permitem torná-los pontos privilegiados de observação e laboratórios de ensaio de protocolos de salvaguarda de sítios sob ameaça. Em Vila Nova de São Pedro, povoado ocupado ao longo do 3º milénio AC, implantado numa região calcária, sobre um afluente da margem direita do Baixo Tejo, onde avaliar o carácter dissolvente da água doce (precipitação, escorrência e subterrânea) sobre as estruturas arquitetónicas construídas em calcários e argamassas, é um dos objetivos nucleares do projeto, através da recolha e análise laboratorial das águas de precipitação, escorrência e subterrânea do aquífero desenvolvido no sistema cársico sobre o qual o sítio se implanta. Ao mesmo tempo, a caracterização das dinâmicas da paisagem envolvente e da dimensão, no Tempo longo, do impacto antrópico, através da desflorestação, da atividade agrícola, e do mais recente abandono rural, justifica a realização de sondagens geo-arqueológicas e obtenção de colunas longas de sedimentos no vale da Ribeira de Almoester, que corre a Oeste do sítio arqueológico e cuja análise permitirá, entre outros aspetos, avaliar o peso, entre outras espécies do *Quercus coccifera* L, vulgo carrascos, na história da vegetação regional. Definir as melhores estratégias para controlar esta ameaça vegetal, omnipresente nos climas mediterrâneos e com tendência de crescimento - dada a esperada subida de temperaturas - é também um dos objetivos deste projeto. O sítio de Loulé Velho, ocupado durante o período romano e antiguidade tardia, localiza-se hoje na arriba de uma praia, na costa Sul algarvia e encontra-se ameaçado pelo avanço das águas do mar, a água salgada, avanço conectado com o aquecimento global. Neste caso, são objetivos do projeto a monitorização detalhada da alteração da linha de costa e do impacto crescente que esta foi exercendo sobre o sítio arqueológico, em risco de desaparecimento. A realização de sondagens geo-arqueológicas e obtenção

de colunas de sedimentos no paleoestuário, a recolha em arquivo de informação histórica e de registos fotográficos recentes vai documentar, a partir da reconstrução digital da área envolvente, a velocidade de erosão da linha de costa e tornar clara a urgência de medidas pro-activas de defesa do património costeiro, em particular em área de enorme vulnerabilidade como a do limite ocidental da Ria Formosa. Água-doce, água-salgada: património arqueológico em risco, num clima em mudança assume-se assim como um projeto multidisciplinar que combina arqueólogos, geólogos e biólogos, com uma agenda comum na procura de conhecimento científico que permita enfrentar os desafios imensos que as alterações climáticas colocam aos sítios arqueológicos. A partir de uma metodologia global que implica trabalho de campo, trabalho de laboratório e de arquivo, constrói-se um diagnóstico dos riscos imediatos e dos que, em consequência das alterações climáticas, pendem a curto, médio prazo sobre os sítios, nomeadamente chuvas ácidas, crescimento descontrolado de vegetação invasiva, avanço das águas do mar, e propõe-se, num dossier de boas práticas a disponibilizar à Administração, medidas preventivas. A apresentação, em canais físicos e digitais, dos resultados, e a sensibilização dos stakeholders e dos não especialistas face aos riscos que corre o Património fecham este projeto.

Título do projeto:

Património em Risco: Avaliação dos Impactos Climáticos sobre Sítios Arqueológicos Pré-históricos Costeiros e Ribeirinhos em Portugal

Área e Linha temática:

Transição climática e sustentabilidade dos recursos / LT23 Cenários climáticos e impactos esperados em Portugal sobre o património cultural (arqueológico e arquitetónico)

Investigadora responsável:

Célia Maria Alves Gonçalves

Instituição Proponente:

Universidade do Algarve

Resumo:

projeto Património em Risco: Avaliação dos Impactos Climáticos sobre Sítios Arqueológicos Pré-históricos Costeiros e Ribeirinhos em Portugal (com o acrónimo BLUE HERITAGE) propõe-se avaliar a exposição de sítios arqueológicos localizados em zonas costeiras e ribeirinhas aos impactos das alterações climáticas, com especial incidência nos contextos pré-históricos. A vulnerabilidade intrínseca destes vestígios, frequentemente constituídos por materiais perecíveis e inseridos em ecossistemas instáveis, potencia a sua suscetibilidade a processos de erosão, submersão, salinização e outros fenómenos associados. A inexistência de registos escritos para estas cronologias reforça a urgência da sua salvaguarda científica e patrimonial. Serão considerados prioritários os sítios do Paleolítico, Mesolítico e Neolítico, podendo, no entanto, ser integrados contextos de outras cronologias, desde que apresentem risco elevado e reconhecido valor patrimonial. A análise basear-se-á no cenário climático RCP 4.5, com projeções para os horizontes temporais de 2050 e 2100, com o objetivo de identificar as principais tipologias de risco associadas às alterações climáticas e a definição de estratégias de mitigação, prevenção e intervenção rápida. O projeto visa colmatar uma lacuna estrutural entre o património arqueológico e a formulação de políticas públicas de adaptação às alterações climáticas, num domínio onde persistem a ausência de critérios técnicos, a inexistência de orientações normativas e a escassez de modelos metodológicos aplicáveis ao contexto nacional. Assente numa abordagem interdisciplinar, o projeto BLUE HERITAGE combinará a produção de diagnósticos científicos robustos com o desenvolvimento de ferramentas operacionais de gestão patrimonial. Entre os resultados principais destacam-se a aplicação móvel RISCUS – Sistema de Alerta para Património Arqueológico em Risco, a definição de protocolos de resposta rápida, a criação de sistemas de alerta e a elaboração de planos de contingência patrimonial. Todos os resultados serão desenvolvidos em estreita articulação com as entidades públicas regionais e locais parceiras, culminando na elaboração de um policy brief com recomendações concretas e exequíveis para a proteção do património arqueológico em contexto de risco climático.

Título do projeto:

Património em Risco: Avaliação dos Impactos Climáticos sobre Sítios Arqueológicos Pré-históricos Costeiros e Ribeirinhos em Portugal

Área e Linha temática:

Competitividade e coesão / LT24 Promoção e Inclusão Cultural através da Ciência

Investigadora responsável:

Maria Zozaya

Instituição Proponente:

CIDEHUS (Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades) da Universidade de Évora

Resumo:

O projeto PONTES Culturais parte do princípio de que a inclusão cultural e científica é necessária para construir uma sociedade mais democrática. Está apoiado em três pilares. Primeiro, a nível mundial, as declarações de princípios universais da UNESCO. A UNESCO considera que a cultura, através da arte e da ciência, é um dos instrumentos mais eficazes para alterar a forma de pensar das pessoas. Em segundo lugar, foca-se nos princípios propostos pela Carta do Porto Santo (PNA, 2021), apresentada por Portugal quando liderou a União Europeia em 2021 (Pires, 2022; Zozaya, 2022). Esta considera essencial à comunidade, insistindo nas necessidades de valorização e conhecimento do património cultural próprio, de proximidade, como forma essencial de reconhecimento do nosso entorno e via de inclusão cultural de todos os grupos sociais. Considera que esta valorização do património de todos trará uma maior democracia, ao igualar todos os cidadãos com todos os patrimónios comunitários que os representam. Em terceiro lugar, parte da História Pública, que considera que os cientistas sociais devem influenciar a sua sociedade, promovendo teorias e ações para enfrentar os problemas da sociedade. Neste sentido, o projeto centra-se numa linha de trabalho em que vários dos seus membros participam há anos: a divulgação empírica da ciência e da cultura à sociedade. Por um lado, está relacionada com o conhecimento do património cultural material e imaterial, que acaba por se estender aos campos da identidade, da coesão comunitária e da inclusão de todos os grupos — sejam eles do seio da comunidade ou imigrantes — nas mesmas formas de sociabilidade e relação. O festival Heritales, que é coordenado por dois dos integrantes do projeto, centra-se no património e na sua intersecção com a antropologia, a sociologia, a ciência política e a história do presente. A investigadora, que apresenta este projeto, trabalha ininterruptamente desde 1999 e, considerando as falhas entre a ciência e a sociedade como imensas lacunas que separam dois campos que deveriam estar unidos, cofundou o festival de património Heritales, com o objetivo de promover resultados científicos que chegassem a todos os campos, abordando um dos domínios científicos mais completos para as ciências sociais do presente. Nesse sentido, o património abrange desde edifícios e monumentos até ao património imaterial, percursos dos nossos sentimentos identitários e formas culturais que unem as comunidades. Por outro lado, o projeto conta com a participação especialmente ativa do grupo cultural

musical Bolsa d'Originais, que promove a inclusão social através da realização de concertos em locais desfavorecidos no Alentejo e da integração de alunos de escolas descentralizadas e de centros periféricos. Serão realizados workshops, concertos e conferências com a comunidade, onde esta participação será estudada como forma de inclusão. A perceção das participações culturais será analisada, seguindo a linha de investigação orientada por Vicenta Gisbert, que conta com mais de 40 publicações nessa área. María Zozaya e a professora Helena Elias contribuirão para a realização de análises dos inquéritos, do projeto piloto e dos resultados das reuniões e encontros culturais. Quanto à professora Helena Elias, esta realiza trabalho prático de artes plásticas e analisa a sua influência científica e cultural na sociedade. Assim, o património material e imaterial, a música e as artes plásticas unem-se neste projeto para analisar o alcance da cultura e da ciência como formas de inclusão social. Neste caso, o projeto cultural BRIDGES nasce com o objetivo de analisar a situação do Alentejo, no contexto português e ibérico, onde existem diversas lacunas entre a ciência e a cultura da sociedade que podem criar espaços de exclusão social e acesso desigualitário à cultura e à ciência. Neste sentido, é importante citar as palavras da ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Sra. Margarida Balseiro Lopes, na apresentação de Évora Capital da Cultura 2027 (27 de junho de 2025, São Bento de Castris, Évora), na qual afirmou que o investimento em cultura é necessário, constituindo um dos grandes investimentos a longo prazo num dos maiores pilares do progresso de um país. No nosso caso, queremos focar no estudo das políticas que podem ser implementadas para transformar esta afirmação em realidade no campo da ciência e da cultura como fatores de inclusão.

Título do projeto:

Análise dinâmica da produção de impacto decorrente de instrumentos de apoio às artes e cultura em territórios transfronteiriços e de baixa densidade

Área e Linha temática:

Competitividade e coesão / LT25 Análise do impacto cultural e económico dos Programas POCTEP e PIS nos territórios transfronteiriços e de baixa densidade

Investigador responsável:

Sérgio Caramelo

Instituição Proponente:

Associação ISCTE Conhecimento e Inovação – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologias

Resumo:

O projeto visa desenvolver uma metodologia para analisar o funcionamento do ecossistema de produção de impacto dos investimentos públicos nos domínios da Cultura e Artes em territórios transfronteiriços e de baixa densidade realizados no âmbito dos programas POCTEP e PIS. Ancorado em abordagens inovadoras de avaliação de políticas públicas, propõe-se construir um modelo lógico dinâmico baseado em System Dynamics e Diagramas de Loops Causais que servirá de ferramenta analítica para identificar as dinâmicas causais dos investimentos. Esta abordagem permite obter simulações do potencial de impacto das componentes do ecossistema e a identificação de fatores de bloqueio e tração no processo de obtenção de impacto, com o objetivo de orientar decisões políticas e estratégias de financiamento da Cultura e Artes, nomeadamente nos domínios do planeamento, acompanhamento e avaliação.

Título do projeto:

Análise colaborativa dos impactos territoriais dos programas POCTEP e PIS: o caso do distrito de Castelo Branco

Área e Linha temática:

Competitividade e coesão / LT25 Análise do impacto cultural e económico dos Programas POCTEP e PIS nos territórios transfronteiriços e de baixa densidade

Investigadora responsável:

Márcia Silva

Instituição Proponente:

Universidade da Beira Interior

Resumo:

Este projeto visa desenvolver e implementar ferramentas metodológicas inovadoras para analisar o impacto cultural dos investimentos realizados através dos programas POCTEP e PIS no distrito de Castelo Branco. Reconhecendo a especificidade dos territórios transfronteiriços e de baixa densidade, o projeto propõe-se a criar instrumentos que permitam avaliar adequadamente a dimensão cultural dos investimentos públicos, frequentemente subvalorizada nos exercícios de avaliação convencionais. O projeto centra-se no distrito de Castelo Branco, pela sua posição estratégica enquanto território transfronteiriço, marcado por dinâmicas demográficas de baixa densidade e um histórico relevante de participação em programas de cooperação territorial. A presença da Universidade da Beira Interior (UBI), sediada na Covilhã, confere uma ligação orgânica ao território e reforça a capacidade científica e institucional para desenvolver soluções ajustadas à realidade local. Através de uma abordagem colaborativa, assente em metodologias participativas e investigação-ação, será construído um modelo de avaliação replicável, com potencial para apoiar decisões de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento cultural em outros territórios com características semelhantes.

Título do projeto:**REVITA – Respostas Estratégicas para a Vitalização dos Territórios de Baixa Densidade****Área e Linha temática:**

Competitividade e coesão / LT26 Sustentabilidade demográfica: Perda demográfica e envelhecimento populacional em territórios de baixa densidade

Investigador responsável:

João Lourenço Marques

Instituição Proponente:

Universidade de Aveiro

Resumo:

A equipa é composta por investigadores da Universidade de Aveiro, integrando o Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT) e a Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), num contexto marcado pela interdisciplinaridade e pela orientação para a análise aplicada de fenómenos territoriais e demográficos. Agregam competências em planeamento, demografia, sociologia, economia, estatística e ciência de dados, com forte experiência no desenvolvimento de projetos que articulam investigação científica fundamental com aplicação prática em diferentes escalas territoriais. O Investigador Responsável (IR) é docente e investigador na Universidade de Aveiro (UA), e atual diretor do DCSPT e do Mestrado em Ciência de Dados para as Ciências Sociais. A sua investigação tem-se centrado na produção de conhecimento e desenvolvimento e aplicação de sistemas de apoio à decisão no contexto do planeamento estratégico territorial e das políticas públicas, fazendo convergir domínios de conhecimentos que se enquadram, quer no âmbito das ciências sociais e humanas, como também nas áreas das ciências exatas/fundamentais. Este diálogo interdisciplinar tem contribuído para assegurar respostas a desafios da sociedade, em processos de monitorização das desigualdades territoriais e de construção de mecanismos de mitigação dessas disparidades, aludindo a princípios de justiça social e territorial. Nos últimos anos, tem coordenado projetos de elevada relevância científica e social, com financiamento competitivo (DONUT e JUSTPLAN), e contribuído ativamente para iniciativas estratégicas de planeamento a várias escalas. A sua intervenção destaca-se pela centralidade da demografia como eixo analítico e operativo no apoio à decisão pública. Entre os contributos mais relevantes incluem-se a coordenação da componente demográfica: i) da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Nacional de Lítio, ii) da Comissão de Avaliação da Localização do Novo Aeroporto de Lisboa, iii) bem como o Exercício prospetivo e de Previsões Demográficas do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro. A nível local, mantém uma colaboração próxima com autarquias locais, acompanhando todas as fases do ciclo de políticas públicas, com foco na sustentabilidade demográfica e na justiça territorial, promovendo a mitigação de desigualdades territoriais. A prática consolidada do

IR, bem como de toda a equipa tem-se materializado no laboratório de partilha e visualização de informação, o DSS-LAB (Laboratório de Sistemas de Apoio à Decisão), que é um espaço de experimentação e transferência de conhecimento que se tornou uma referência nacional na integração de dados e metodologias para apoio à decisão pública (ver <https://govcopp.ua.pt/index.php/about-dss-lab>). O DSS-LAB tem funcionado como instrumento de interface entre a academia e os decisores, promovendo a utilização de *dashboards* interativos, indicadores compostos e *policy briefs* orientados para a ação. A equipa beneficia também de uma forte inserção em redes científicas nacionais e internacionais, potenciando a circulação de conhecimento e a colaboração interdisciplinar. Destaca-se, neste âmbito, a participação na RP3CD – *International Network for Public Policy and Data Science* (<https://rp3cd.web.ua.pt/>), uma iniciativa fundada e dinamizada pelo IR, que congrega universidades, centros de investigação, instituições públicas e organizações internacionais e contribui para a promoção de políticas públicas baseadas em dados e evidência científica, reforçando a atuação da equipa em projetos colaborativos, eventos científicos e comunidades de prática orientadas para a inovação e a ação pública informada. A equipa contará ainda com a colaboração de dois investigadores; um da Universidade de Coimbra, com reconhecida experiência em técnicas de modelação e análise espacial aplicadas à construção de perfis territoriais, reforçando a robustez analítica e a aplicabilidade prática das abordagens propostas e outro do instituto Politécnico de Castelo Branco especialista em desenvolvimento regional, sistemas de inovação local e regional e dinâmicas de empreendedorismo e competitividade territorial.

O projeto surge como relevante para a sociedade ao proporcionar uma leitura diferenciada dos processos de declínio demográfico e envelhecimento em territórios de baixa densidade (TDB), respondendo a desafios da coesão territorial. Ao conjugar evidência empírica com ferramentas de análise multiescalar e modelos de apoio à decisão, promove a formulação de estratégias territorializadas e fundamentadas. Os *policy briefs*, um dos resultados esperados do projeto, terão potencial para informar políticas públicas de redistribuição territorial de serviços, apoiar critérios de elegibilidade diferenciada em instrumentos de financiamento e apoiar e orientar decisões estratégicas em sede de pactos territoriais ou agendas de inovação. Esta abordagem visa, assim, mitigar desigualdades territoriais, valorizar recursos endógenos e reforçar a justiça espacial, alinhando conhecimento científico com inovação institucional e políticas baseadas em evidências.

Título do projeto:

Circularidade Urbana em Portugal: Uma abordagem participativa, modular e adaptativa

Área e Linha temática:

Competitividade e coesão / LT27 Medir a circularidade urbana

Investigadora responsável:

Cristina Maria Paixão de Sousa

Instituição Proponente:

Associação Iscte Conhecimento e Inovação - Centro de Valorização e Transferência de Tecnologias

Resumo:

As áreas urbanas enfrentam uma crescente pressão para adotar modelos de economia circular, mas os governos locais ainda carecem de instrumentos eficazes para medir e monitorizar a circularidade. Este projeto visa colmatar essa lacuna através do desenvolvimento de um painel robusto de indicadores de circularidade urbana, adaptado à diversidade dos municípios portugueses. O principal objetivo é apoiar a conceção, implementação e avaliação de políticas públicas locais que promovam a transição para a economia circular, em alinhamento com as estratégias nacionais e europeias de sustentabilidade. Para tal, o projeto adota uma abordagem modular e participativa, que integra a revisão crítica de referenciais internacionais, o diagnóstico territorial e comunitário, e a cocriação de indicadores com os *stakeholders* locais. A metodologia inclui técnicas de análise multicritério (MCDA) e ponderação participativa (AHP), assegurando a relevância e adaptabilidade do painel de indicadores a diferentes contextos locais. O painel será testado em cidades-piloto com perfis distintos, permitindo validar a sua viabilidade e utilidade na definição de políticas públicas. Os resultados esperados incluem um painel de indicadores adaptável e escalável, e um Policy Brief para orientar os municípios na monitorização e promoção da circularidade urbana. Esta iniciativa reforçará as capacidades locais para uma tomada de decisão baseada em evidências, contribuindo para uma maior coesão territorial e sustentabilidade em Portugal.

Título do projeto:

MAPED - Edificação dispersa: uma nova abordagem para mapear, monitorizar e informar o processo de tomada de decisão

Área e Linha temática:

Competitividade e coesão | LT28 Mapear e monitorizar a edificação dispersa

Investigador responsável:

Eduardo Jonas da Costa Gomes

Instituição Proponente:

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Resumo:

A presente proposta visa desenvolver uma metodologia sólida e operacionalizável para a monitorização da edificação dispersa para a Região de Lisboa e Vale do Tejo. Este projeto articula-se com a Linha Temática 28 do programa *Science4Policy*, centrada na necessidade de cartografar e monitorizar, de forma regular, a edificação dispersa, a partir de dados geoespaciais e metodologias analíticas inovadoras. Pretende-se implementar uma metodologia que permita mapear e monitorizar de uma forma detalhada as edificações dispersas através da identificação de padrões espaciais de ocupação descontínua e a sua evolução temporal. Desta forma são propostos um conjunto de indicadores para a monitorização quantitativa da edificação dispersa. O projeto será desenvolvido ao longo de 6 meses e contará com a colaboração da Direção-Geral do Território (DGT) e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), assegurando a integração dos resultados no Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS) e noutros sistemas a indicar pela DGT. Entre os principais resultados esperados destacam-se: (i) a produção de uma cartografia de edificação dispersa para os anos de 2018 e 2024; (ii) um conjunto de indicadores para a monitorização da edificação dispersa; (iii) um índice composto de dispersão; e (iv) um manual técnico com a metodologia desenvolvida. A equipa de investigação reúne competências em geografia, ciência de dados espaciais, planeamento territorial, Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e deteção remota, garantindo a qualidade científica e aplicabilidade dos resultados. A metodologia será testada na RLVT, mas concebida de forma a permitir a sua replicação em outras regiões do território nacional. A proposta insere-se no esforço de reforçar a capacidade de monitorização do território nacional face às pressões da urbanização difusa, e de produzir conhecimento útil à formulação de políticas públicas territorialmente informadas. O projeto contribuirá para o reforço da integração entre ciência e administração pública, através de dados robustos e metodologias replicáveis ao serviço do ordenamento do território.



www.planapp.gov.pt



PLANAPP



@planapp_



Newsletter